



CONCORRÊNCIA Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.325/2026
CONTRATANTE (UASG) 000987769
OBJETO Contratação de execução da reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 295 - Centro, Piraquara - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 673.245,37 (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 24/03/2026 às 09h (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO Menor preço
MODO DE DISPUTA Aberto e Fechado
TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS Sim
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM Não

**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**CONCORRÊNCIA nº 04/2026**

Processo Administrativo nº 2.325/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE PIRAQUARA por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, sediada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de execução da reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 295 - Centro, Piraquara - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)):

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná

Telefone: (41) 3590-3500 | [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br)

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:

2.5.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta:

2.5.4.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante:

2.5.8.1. A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Sociedades cooperativas

2.5.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio

2.5.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento;

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

4.4.1. O item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital;

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública;

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.11. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda

de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição:

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou



condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital;

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes;

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado;

6.11. Foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:



- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os





valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006:

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021;

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.001/2023;

6.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2. Empresas brasileiras;
- 6.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;
- 6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
- 6.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 6.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, e correlatas disposições deste edital,

e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

7.1.4. Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

7.1.5. Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput):

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício aplicado;

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021;

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná

Telefone: (41) 3590-3500 | [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br)

- 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de obras/serviços comuns/especiais de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No caso de obras/serviços comuns/especiais de engenharia, serão presumidas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
- 7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta:
- 7.10.1. Em se tratando de obras/serviços comuns/especiais de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com



indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021:

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado:

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021;

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia:

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizada pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada junto à Superintendência de Projetos e Obras através do telefone (41) 3590-3449 durante o horário de atendimento da Prefeitura Municipal de Piraquara, o qual ocorre das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda-feira à sexta-feira, de modo a não coincidir com o agendamento de outros licitantes;

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos:



8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

8.11.2. Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

8.12. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, (IN nº 3/2018, art. 7º, caput):

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor:

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021;

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;



9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link licitações.

## **10.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6. Fraudar a licitação;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

10.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual específico, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:
  - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado;
  - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 25% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;



10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023;

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DO CONTRATO**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

11.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.1.1.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

11.1.1.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame;

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal n.º 11.001/2023:

12.3.1. O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “impugnação” ou “esclarecimento”, ou por meio do link: <https://rb.gy/7mqvs1>, ou código QR:



12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação;

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. CRITÉRIOS DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado;

13.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;



13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico;

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão;

14.3. Todas as referências de tempo indicadas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implica direito à contratação;

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerá as deste Edital;

14.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “licitações”;

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. Anexo I – Termo de Referência;



Apêndice I do TR – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

14.11.2. Anexo II – Minuta de Contrato;

14.11.3. Anexo III - Orçamento e Cronograma;

14.11.4. Anexo IV - Projetos e Especificações.

Piraquara, 05 de março de 2026.

**Shuélen Theodoro Martins de Lima**

Secretária Municipal de  
Desenvolvimento Urbano



**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo n.º 2.325/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação da obra de reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio localizada na AV. Getúlio Vargas nº 295 - Centro, Piraquara - PR, 83.301-010, em Piraquara/PR, nos termos da tabela abaixo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
01	Obras Cíveis de Edificações Prediais	1619	UND	1	R\$ 683.245,37

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**1.2.** A OBRA objeto desta contratação é caracterizada como COMUM, conforme justificativa constante do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

**1.3.** O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo;

**Prazo de execução e vigência**

**1.4.** O prazo de execução da contratação é de 3 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

**1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar;

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

**2.2.1.** ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026;

**2.2.2.** Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;

**2.2.3.** Id do item no PCA: 9181;

**2.2.4.** Classe/Grupo: TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;

**2.2.5.** Identificador da Futura Contratação: 987769-401/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Subcontratação**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

#### **Garantia da Contratação**

**4.2.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação:

**4.2.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

**4.3.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:

**4.3.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

**4.3.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

**4.3.3.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**4.3.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

**4.3.5.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do

contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**4.4.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

**4.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

**4.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

**4.7.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal:

**4.7.1.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**4.8.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

**4.8.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**4.8.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

**4.8.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

**4.9.** Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial;

**4.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

**4.11.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

**4.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada;

**4.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

**4.13.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**4.13.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**4.14.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

**4.14.1.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep;

**4.14.2.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

**4.15.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

**4.16.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência;

**4.17.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

**4.18.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência;

#### **Vistoria**

**4.19.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o

direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00;

**4.20.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo o agendamento ser realizado junto à Superintendência de Projetos e Obras, através do telefone (41)3590-3449 até 1 (um) dia antes da data designada para a sessão;

**4.21.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

**4.22.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

**4.23.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto a partir da emissão da Ordem de Serviço;

**5.1.2.** A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se detalhadas neste Termo de Referência.

**5.1.3.** O Contratado deverá cumprir as orientações estabelecidas no Memorial Descritivo relativo à reforma da Escola;

**5.1.4.** O Contratado deverá manter os locais onde forem realizados os serviços sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa;

**5.1.5.** O Contratado deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a Contratante poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão;

**5.1.6.** Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança;

### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**5.3.** Escola Municipal Manoel Eufrásio, localizada na AV. Getúlio Vargas nº 295 - Centro, CEP 83.301-010 Piraquara – PR.

Os serviços serão prestados no seguinte horário:

**5.3.1.** De segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00.

### **Dos equipamentos e materiais a serem empregados**

**5.4.** Toda mão de obra, máquinas, equipamentos, materiais e insumos deverão ser fornecidos pelo Contratado, bem como o transporte e substituição desses itens, quando necessário, que ficará a cargo do Contratado, além de que o controle e a guarda de todo material estocado no canteiro de obras é de inteira responsabilidade da Contratado;

**5.5.** Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização;

**5.6.** O Contratado deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes;

**5.7.** Veículos e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias;

**5.8.** Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal.

**5.9.** Em caso da não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar o Contratado e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato;

**5.10.** Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações.

**5.11.** Todo e qualquer material a ser empregado deverá ser comprovadamente de boa procedência de fabricante e de mercado. Os materiais deverão estar de acordo com as recomendações das normas da ABNT e/ou validado pelo INMETRO, quando for o caso, ou outro órgão certificador de qualidade;

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.12.** O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.13.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023 e demais regulamentos aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme previsto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.001/2023;

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

### **Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado;

**6.7.** O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato;

**6.8.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade;

### **Rotinas de fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

### **Fiscalização técnica**



- 6.10.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.11.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.12.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.13.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.15.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

#### **Fiscalização administrativa**

- 6.17.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.18.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do contrato**

- 6.19.** Cabe ao gestor do contrato:
- 6.19.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**6.19.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**6.19.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**6.19.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**6.19.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**6.19.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**6.19.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

**7.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fiscal de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo:

**7.1.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

**7.1.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

**7.1.3.** O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**7.2.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

**7.3.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

**7.4.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**7.4.1.** O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.5.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.6.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.7.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.8.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

**7.9.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**7.10.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

**7.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a

verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.11.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

**7.11.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.11.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**7.11.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**7.11.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**7.13.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

**7.14.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

### **Liquidação**

**7.15.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do inciso I e §3º do art. 5º do Decreto Municipal nº 11.985/2024;

**7.16.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.16.1.** O prazo de validade;

**7.16.2.** A data da emissão;

**7.16.3.** Os dados do contrato e do órgão Contratante;

**7.16.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**7.16.5.** O valor a pagar;

**7.16.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.17.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

**7.18.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021;

**7.19.** A Administração deverá realizar consulta:

**7.19.1.** Ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**7.19.2.** Aos cadastros abaixo elencados, para identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público:

**7.19.2.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**7.19.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**7.19.2.3.** Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

**7.19.2.4.** Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR.

**7.19.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.20.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

**7.21.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.22.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa;

**7.23.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

#### **Prazo de pagamento**

**7.24.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos art. 5º do Decreto Municipal nº 11.985/2024, que regulamenta o art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

**7.25.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, incidirá correção monetária desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, fica convencionado que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I: Índice de atualização financeira;

TX: Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM: Encargos moratórios;

N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP: Valor da parcela em atraso.

#### **Forma de pagamento**

**7.26.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo Contratado;

**7.27.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**7.28.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

**7.28.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.29.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.4.** Multa:

**8.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (vinte e cinco) dias;



- 8.2.4.2.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;
- 8.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 8.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 8.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 8.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:
- 8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**8.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei;

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

**Regime de execução**

**9.2.** O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL;

**Critérios de aceitabilidade de preços**

**9.3.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação:

**9.3.1.** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

**Exigências de habilitação**

**9.4.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

**9.5.** Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.6.** Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.7.** Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.8.** Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9.** Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 2020;

**9.10.** Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.11.** Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1943;

**9.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.18.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Piraquara, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**Qualificação econômico-financeira**

**9.22.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

**9.23.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.24.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.25.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**9.26.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.27.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped;

**9.28.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

**9.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

#### **Qualificação técnica**

**9.30.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

**9.30.1.** Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.31.** Registro ou inscrição da empresa Contratada no conselho profissional competente, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

#### **Qualificação Técnica-Operacional**

**9.32.** Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprovem que a EMPRESA tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, serviço de característica semelhante;

**9.32.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.32.1.1.** Execução de Assoalho em Madeira – 50 m<sup>2</sup> correspondentes a 50% do quantitativo total do item;

**9.32.1.2.** Execução de telhamento com Telha Metálica termoacústica E = 30 Mm – 146 m<sup>2</sup>, correspondentes a 50% do quantitativo total do item.

**9.32.1.3.** Execução de Guarda-corpo/ corrimão em aço galvanizados - 73 m correspondentes a 50% do quantitativo total do item.

**9.32.2.** Serão admitidos, para fins de comprovação de execução, a apresentação e o somatório de até 3 (três) diferentes atestados de serviços, não necessariamente executados de forma concomitante;

**9.32.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

**9.32.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos;

**9.32.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

### **Qualificação Técnica-Profissional**

**9.33.** Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo conselho profissional competente que comprovem que o PROFISSIONAL tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, serviço de característica semelhante conforme abaixo indicado(s);

**9.34.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados do Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.34.1.** Execução de assoalho em madeira;

**9.34.2.** Execução de telhamento com telha Metálica termoacústica E = 30 Mm;

**9.34.3.** Execução de guarda-corpo/ corrimão em aço galvanizados;

**9.34.4.** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**9.35.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade;

**9.36.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 683.245,37 (seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária;

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A dotação orçamentária indicada, destinada ao adimplemento das obrigações decorrentes deste processo licitatório, está apta a ser utilizada e apresenta plena compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes, conforme expressamente certificado pelas áreas competentes, e não configura criação ou expansão de ação governamental que implique aumento de despesa pública;

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
10.001	222	1000	R\$100,00	4.4.90.51.00.00
10.002	240	103	R\$1.000,00	
10.002	240	104	R\$1.000,00	
10.002	240	107	R\$1.000,00	
10.003	243	103	R\$ 151.000,00	
10.003	243	104	R\$ 1.000,00	
10.003	243	107	R\$ 199.000,00	
10.004	262	102	R\$ 500.000,00	
10.004	262	31162	R\$ 308.132,64	
10.004	269	102	R\$ 500.000,00	



## **12.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** O presente Termo de Referência constitui o documento orientador da contratação pretendida e será parte integrante e indissociável do processo de contratação e do futuro instrumento contratual, devendo ser integralmente observado pela contratada e pela Administração, durante todas as fases de execução contratual;

**12.2.** A contratada deverá executar os serviços conforme as normas técnicas aplicáveis, os prazos estabelecidos, as condições contratuais e as demais disposições previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade, regularidade e compatibilidade técnica dos projetos apresentados;

**12.3.** A Administração poderá, antes da formalização do contrato, promover ajustes de natureza técnica, formal ou documental neste Termo de Referência, desde que não alterem substancialmente o objeto ou as condições essenciais da contratação, mediante justificativa formal inserida nos autos.

Piraquara, 05 de março de 2026.

**Natasha Marie Borba Cordeiro**  
Engenheira Civil  
CREA-PR 193.180/D

**Shuélen Theodoro Martins de Lima**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR

**Estudo Técnico Preliminar 7/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 2.325/2026

**2. Descrição da necessidade**

A Escola Municipal Manoel Eufrásio compõe a rede pública de ensino do Município de Piraquara e exerce função essencial no atendimento educacional da população, abrangendo estudantes da própria comunidade e de localidades adjacentes. Enquanto equipamento público educacional, a unidade escolar representa espaço fundamental para a promoção do desenvolvimento social, da inclusão e da formação cidadã, em consonância com as diretrizes constitucionais e com as políticas públicas municipais voltadas à educação.

No contexto da política de valorização e qualificação contínua da infraestrutura escolar, o Município tem realizado avaliações técnicas periódicas de seus prédios públicos, com o objetivo de assegurar condições adequadas de uso, segurança, conforto e funcionalidade aos alunos, servidores e demais usuários. No âmbito dessas avaliações, foram identificadas oportunidades de aprimoramento na edificação da Escola Municipal Manoel Eufrásio, relacionadas à organização dos espaços, ao desempenho de alguns elementos construtivos, às condições de circulação e ao melhor aproveitamento das áreas externas e internas.

A evolução das demandas pedagógicas, aliada ao uso contínuo da edificação ao longo dos anos, evidencia a necessidade de intervenções que promovam maior eficiência funcional, melhoria do conforto ambiental e fortalecimento das condições de segurança e acessibilidade, garantindo que todos os usuários possam usufruir adequadamente dos espaços escolares. Nesse contexto, mostram-se necessárias intervenções relacionadas à adequação da cobertura, com substituição de telhas e forros comprometidos, revisão e reforço da estrutura do telhado e dos sistemas de captação e condução de águas pluviais, bem como à proteção da edificação contra intempéries. Destacam-se, ainda, a necessidade de regularização e reparos nos pisos externos, a execução de pintura geral da fachada e a substituição do guarda-corpo da rampa de acessibilidade, de modo a qualificar as áreas de circulação, convivência e recreação, assegurando condições adequadas de uso, segurança e durabilidade da edificação.

Além disso, a ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão, à acessibilidade e ao bem-estar no ambiente escolar reforça a importância de que os equipamentos educacionais acompanhem essa evolução, incorporando soluções que proporcionem maior autonomia, segurança e conforto aos alunos, bem como melhores condições de trabalho aos profissionais da educação.

Dessa forma, a necessidade identificada insere-se em um processo contínuo de modernização e qualificação da infraestrutura pública municipal, voltado a assegurar que Escola Municipal Manoel Eufrásio permaneça apta a atender, de maneira eficiente e adequada as demandas educacionais atuais e futuras, contribuindo para a consolidação de um ambiente escolar seguro, funcional, acolhedor e compatível com os objetivos estratégicos do Município de Piraquara.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação – SMED	Rubian Mara de Paula

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Com vistas à adoção da solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público, os requisitos da contratação consistem na definição dos parâmetros técnicos, legais e operacionais mínimos a serem observados na futura licitação e execução contratual. Esses requisitos têm como finalidade assegurar que o objeto da contratação seja executado com qualidade, regularidade, segurança, sustentabilidade e dentro dos prazos previstos, observando-se, ainda, os princípios da economicidade e da eficiência.

Os requisitos aqui definidos não se destinam a restringir indevidamente a competitividade do certame, mas sim a balizar o levantamento de mercado e a análise das possíveis soluções, garantindo que estas sejam exequíveis, compatíveis com a realidade do Município e capazes de atender satisfatoriamente às demandas do equipamento público envolvido.

A seguir, apresentam-se os requisitos mínimos considerados necessários e suficientes para o adequado atendimento da necessidade identificada:

- **Regularidade Jurídico-Fiscal:** a empresa contratada deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e junto aos demais órgãos competentes, conforme exigências legais aplicáveis às contratações públicas;
- **Capacidade Técnica Operacional:** deverá ser exigida a comprovação de experiência prévia na execução de serviços compatíveis com a natureza da solução pretendida, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;
- **Responsabilidade Técnica e Registro Profissional:** a execução dos serviços deverá estar sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho de classe competente, cabendo à contratada a devida anotação ou registro de responsabilidade técnica
- **Observância às Normas Técnicas e Regulamentares:** todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais normas, regulamentos e legislações aplicáveis;
- **Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho:** a solução a ser contratada deverá assegurar padrões adequados de durabilidade, funcionalidade, segurança e facilidade de manutenção, compatíveis com o uso contínuo e com as características do equipamento público, evitando soluções meramente paliativas ou de curto prazo;
- **Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:** sempre que tecnicamente viável, deverão ser adotadas práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, a redução de desperdícios, a adequada gestão de resíduos e a mitigação de impactos ambientais, observadas as exigências legais pertinentes;
- **Segurança e Qualificação da Equipe Executora:** a contratada deverá assegurar que a equipe envolvida na execução dos serviços possua qualificação compatível com as atividades a serem desempenhadas, bem como garantir o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho durante todas as etapas da execução;
- **Prazos e Condições de Execução:** a solução deverá prever prazos de execução compatíveis com a complexidade dos serviços e com a necessidade de continuidade das atividades do equipamento público, minimizando interferências e assegurando a adequada gestão do cronograma.

A definição desses requisitos visa balizar o levantamento de mercado, garantindo que a contratação seja adequada, viável e segura. O detalhamento e aprofundamento desses parâmetros serão realizados nos documentos subsequentes, conforme o avanço do planejamento da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

Sendo etapa fundamental na formulação do Estudo Técnico Preliminar, o levantamento de mercado visa identificar, compreender e analisar as soluções disponíveis no mercado para atender à demanda da Administração Pública. Por meio dessa ação, busca-se obter subsídios técnicos, operacionais e econômicos que possibilitem a elaboração de especificações mais precisas, bem como a escolha da alternativa mais vantajosa, assegurando maior competitividade e racionalidade ao processo de contratação.

Essa pesquisa também permite conhecer fornecedores potenciais, práticas correntes do setor e possíveis riscos, contribuindo diretamente para a transparência, eficácia e legalidade do planejamento. Logo, ao analisar o mercado, foi possível encontrar as seguintes soluções:

### SOLUÇÃO 01 – CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESCOLA:

Esta solução consiste na substituição integral da edificação escolar existente, mediante a demolição da estrutura atual e a posterior construção de uma nova unidade escolar no mesmo local ou em área distinta, conforme disponibilidade e viabilidade urbanística. Trata-se de intervenção de grande porte, que pressupõe a elaboração de novos projetos arquitetônicos e complementares, a obtenção de licenças e autorizações específicas, bem como a execução integral de serviços de infraestrutura, superestrutura, acabamentos e instalações.

A implementação dessa solução envolveria etapas preliminares complexas, como a desmobilização da unidade escolar existente, a destinação adequada dos resíduos provenientes da demolição e, eventualmente, a necessidade de realocação temporária das atividades escolares para outro espaço, o que implicaria impactos operacionais e administrativos relevantes. Além disso, a construção de uma nova edificação demandaria prazos mais extensos para projeto, licenciamento e execução, bem como maior volume de investimentos públicos, em razão da integralidade da obra.

Embora possibilite a concepção de uma edificação totalmente nova, com liberdade plena de projeto e atendimento integral a padrões contemporâneos, essa solução se caracteriza por elevada complexidade técnica, maior impacto ambiental decorrente da demolição e da construção integral, e custos significativamente superiores, fatores que devem ser ponderados à luz da necessidade identificada e das alternativas disponíveis.

As vantagens desta solução são as seguintes:

- concepção integralmente nova da edificação;
- maior flexibilidade arquitetônica e funcional;
- atendimento pleno a padrões contemporâneos de projeto.

Entretanto, há também desvantagens, sendo elas:

- elevado custo financeiro;
- maior impacto ambiental;

- prazos extensos de execução;
- maior complexidade administrativa.

A seguir, serão apresentados exemplos de municípios que adotam esse tipo de solução, servindo como base comparativa para análise de viabilidade:

#### **PREFEITURA DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR**

Concorrência 14/2025

Objeto: Construção de escola - 09 salas - área de 3.589,39 MTS² padrão FNDE

Disponível em:

<https://querenciadonorte.eloweb.net/portalttransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2025&tipoLicitacao=3&licitacao=17>

#### **PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR**

Concorrência 07/2025

Objeto: Contratação de empresa Especializada para construção de escola no conjunto Habitacional João Furtado

Disponível em:

<https://pncp.gov.br/app/editais/76968627000100/2025/335>

#### **PREFEITURA DE PARANAVAÍ/PR**

Concorrência 18/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção da nova sede do CMEI Cecília Vecchiati Giovine, a ser construído na Rua Ildefonso Alves De Lima, sn, cha3/4 - lote 03/04-r, Jardim Campo Belo, Paranavaí-PR.

Disponível em:

<https://pncp.gov.br/app/editais/76977768000181/2025/232>

### **SOLUÇÃO 02 – REFORMA DA ESCOLA**

A solução de reforma consiste na execução de serviços de engenharia voltados à recuperação, adequação e modernização dos elementos construtivos e sistemas da edificação escolar existente, assegurando a compatibilidade estrutural, funcional e arquitetônica do conjunto. Essa abordagem permite a melhoria das condições de uso, segurança, conforto e durabilidade dos ambientes já implantados, reduzindo impactos operacionais, ambientais e administrativos e promovendo a valorização do patrimônio público e a adequação da unidade escolar às demandas atuais.

Sob o aspecto técnico, trata-se de solução plenamente exequível, amplamente adotada por entes públicos em contextos semelhantes, que possibilita maior racionalidade na execução e melhor aproveitamento da infraestrutura existente. Do ponto de vista econômico, apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada à demolição e construção de nova unidade escolar, ao concentrar os investimentos nas intervenções efetivamente necessárias. No aspecto socioambiental, reduz a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais, em razão do reaproveitamento parcial da edificação existente.

As vantagens desta solução são as seguintes:

- melhor relação custo-benefício;
- aproveitamento da estrutura existente;
- menor impacto ambiental em comparação à construção nova;
- prazos de execução mais compatíveis;
- solução integrada e alinhada à necessidade identificada;
- prática amplamente adotada por outros entes públicos.

Entretanto, há também desvantagens, sendo elas:

- maior complexidade de compatibilização entre partes novas e existentes: a integração entre estruturas, instalações e sistemas pode exigir maior detalhamento técnico e acompanhamento rigoroso durante a execução;
- eventuais limitações construtivas inerentes à edificação existente;
- necessidade de planejamento cuidadoso da execução: para minimizar impactos ao funcionamento da unidade escolar, a obra demanda coordenação entre cronograma, uso dos espaços e medidas de segurança.

A seguir, serão apresentados exemplos de municípios que adotam esse tipo de solução, servindo como base comparativa para análise de viabilidade:

#### **PREFEITURA DE ASTORGA/PR**

Concorrência 06/2025

Objeto: Contratação de empresa para reforma e ampliação da Escola Municipal Alfredo Sofientini.

Disponível em:

<https://pncp.gov.br/app/editais/75743377000130/2025/201>,

#### **PREFEITURA DE SABÁUDIA/PR**

Concorrência 03/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar a obra de reforma e ampliação da escola municipal professora Neida de Assis Brasileiro, Município de Sabáudia, conforme projeto e memorial descritivo.

Disponível em:

[https://transparencia.betha.cloud/#!/psLceViNSNqXqEh4NmI-9Q==/consulta/7998/detalhe/341:618:2025\\_88\\_618](https://transparencia.betha.cloud/#!/psLceViNSNqXqEh4NmI-9Q==/consulta/7998/detalhe/341:618:2025_88_618),

#### **PREFEITURA DE PIRAQUARA/PR**

Concorrência 03/2025

Objeto: Contratação de empresa para a execução da obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Izaak Victor Pereira, localizada na Rua Tarumã, 1111, Vila Santiago, Piraquara/PR, CEP 83306-190.

Os serviços incluem: serviços preliminares, movimentação de terra, retiradas, demolições, carga e transporte, estacas, blocos de fundação, pisos em concreto (salas), vigas e pilares de concreto, alvenaria, cobertura, instalações hidráulicas, pisos e revestimentos, louças, metais, bancadas, acessórios e acabamentos, forro, pintura, esquadrias, portas, mobiliário, instalações elétricas e serviços finais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Disponível em:

<https://piraquara.oxy.elotech.com.br/portalttransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2025&tipoLicitacao=3&licitacao=3>,

#### **ANÁLISE**

A análise das soluções identificadas no levantamento de mercado evidencia que tanto a Construção de uma nova Escola quanto a Reforma da Escola existente são, em tese, aptas a atender à necessidade da Administração Pública Municipal. Entretanto, quando examinadas sob os aspectos técnico, econômico e socioambiental, as alternativas apresentam diferenças relevantes quanto à proporcionalidade, à complexidade de implantação e à vantajosidade para o interesse público.

A Solução 01 – Construção de uma nova Escola, apesar de possibilitar a concepção integral de uma edificação sob parâmetros contemporâneos, implica elevado custo financeiro, maior impacto ambiental, maior complexidade administrativa e prazos significativamente mais extensos de planejamento, licenciamento e execução. Ademais, demanda disponibilidade de área adequada além da desmobilização da edificação existente, fatores que tornam essa alternativa desproporcional em relação à necessidade atualmente identificada.

Por sua vez, a Solução 02 – Reforma da Escola existente permite o aproveitamento racional da infraestrutura já implantada, aliando a qualificação dos espaços existentes à expansão física necessária para o adequado atendimento das demandas identificadas. Essa alternativa apresenta melhor relação custo-benefício, menor impacto ambiental e maior previsibilidade de prazos, além de possibilitar execução integrada e compatível com a realidade da unidade escolar. Trata-se, ainda, de solução amplamente adotada por outros entes públicos em contextos semelhantes, revelando-se tecnicamente exequível e alinhada às boas práticas de gestão do patrimônio público.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a Reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio configura a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento da necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, por conciliar viabilidade técnica, racionalidade econômica e compatibilidade socioambiental, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas. Ademais, a intervenção proposta preserva e valoriza um bem de relevante significado histórico, cultural e social para o Município, uma vez que a Escola Municipal Manoel Eufrásio, fundada em 1911, constitui a primeira instituição escolar municipal e integra o centro histórico de Piraquara, representando importante marco da memória coletiva e da identidade local. A opção pela reforma, portanto, além de atender às demandas funcionais e estruturais atuais, assegura a conservação do patrimônio público histórico, fortalecendo o vínculo da comunidade com esse equipamento educacional emblemático.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução selecionada para atendimento da necessidade identificada consiste na reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, compreendida como um conjunto de intervenções técnicas destinadas à qualificação e à expansão da infraestrutura física da unidade escolar, visando à melhoria de suas condições de uso, funcionalidade, segurança, conforto e durabilidade.

A PROPOSTA dessa reforma contempla as principais etapas:

- Retirada das telhas e placas de forro existentes;
- Revisão das estruturas do telhado, reforços estruturais de cobertura e devidas substituições de peças de madeira;
- Revisão dos condutores de águas pluviais, devidas substituições e drenagem;
- Adequação dos banheiros para inclusão de PCD;
- Instalação de novas telhas termoacústicas;
- Instalação das novas placas de forro de fibra mineral;
- Instalação e substituição de guarda-corpos/corrimãos de acessibilidade;
- Remover camada/ refazer piso externo;
- Pintura externa geral de toda escola.

A solução abrange a execução coordenada de serviços de engenharia civil, incluindo, de forma complementar e integrada, intervenções de reforma nos elementos construtivos, sistemas e acabamentos existentes. A proposta foi concebida de modo a preservar, valorizar e complementar a edificação existente, promovendo sua adequação às necessidades atuais da Administração Pública Municipal e da comunidade escolar, com racional aproveitamento da infraestrutura já implantada.

A execução da reforma será realizada de maneira planejada e contínua, assegurando a compatibilidade entre os serviços envolvidos e evitando intervenções fragmentadas ou isoladas. Essa abordagem contribui para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, melhor controle de prazos e qualidade e para a obtenção de resultados duradouros, observando-se padrões de desempenho, segurança e qualidade, bem como boas práticas construtivas consolidadas no mercado.

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução adotada considera não apenas a execução da obra, mas também os efeitos de médio e longo prazo, tais como a ampliação da vida útil da edificação, a redução da necessidade de manutenções corretivas recorrentes e a melhoria das condições de conservação do patrimônio público. A reforma contribui, assim, para a diminuição de custos futuros relacionados à degradação prematura dos elementos construtivos e à execução de intervenções emergenciais.

No que se refere aos aspectos ambientais, a solução apresenta impacto ambiental reduzido quando comparada à construção integral de uma nova unidade escolar, uma vez que prioriza o reaproveitamento parcial da estrutura existente, demanda menor consumo de recursos naturais e reduz a geração de resíduos. Os impactos ambientais associados à execução são temporários e restritos ao período da obra, sendo compatíveis com a natureza da intervenção.

A solução como um todo, consistente na reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, decorre da avaliação das alternativas identificadas no levantamento de mercado e demonstra-se a mais adequada ao interesse público, por conjugar viabilidade técnica, racionalidade econômica e compatibilidade socioambiental. Ao optar por uma intervenção integrada que combina a qualificação da edificação existente com a expansão necessária, a Administração Pública Municipal viabiliza o atendimento da necessidade identificada com melhor aproveitamento da infraestrutura já implantada, redução de custos e prazos em relação à construção de nova unidade escolar, e mitigação de impactos ambientais, assegurando resultados efetivos e duradouros na qualificação do patrimônio público educacional.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidade foi elaborada com base nos levantamentos técnicos realizados pela área de engenharia, considerando as características físicas da edificação, a área total a ser objeto de intervenção e o escopo definido para a solução selecionada.

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL EUFRÁSIO	1.245,81 m²

O quantitativo apresentado reflete o conjunto integral de serviços necessários à execução da reforma, sendo suficientes e adequados para o atendimento da solução proposta. As medições encontram respaldo nos documentos técnicos que integram o planejamento da contratação, os quais servirão de base para a elaboração dos demais instrumentos subsequentes, contribuindo para a correta alocação dos recursos públicos e para a segurança da futura execução contratual.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 673.245,37

A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base em orçamento detalhado produzido pelo setor de engenharia do Município, a partir da definição completa do escopo da reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, contemplando todos os serviços, insumos, etapas e intervenções necessárias à adequada execução da solução escolhida.

Diferentemente de estimativas genéricas ou meramente comparativas, o valor estimado decorre de planilha orçamentária própria, construída de forma individualizada para a edificação objeto da contratação, considerando suas características físicas, funcionais e construtivas específicas. Tal abordagem assegura maior precisão técnica e aderência à realidade da reforma, reduzindo riscos de distorções, subavaliações ou superavaliações de custos.

Para a composição dos preços unitários e globais, foram adotadas como referência principal as bases oficiais de custos da construção civil, notadamente a Tabela SINAPI, amplamente reconhecida e utilizada pela Administração Pública como parâmetro de confiabilidade e padronização de preços, bem como composições próprias de custos elaboradas pela equipe técnica, quando inexistentes ou inadequadas as composições padronizadas, de modo a refletir com maior fidelidade os serviços e insumos efetivamente demandados.

A utilização combinada dessas bases de referência permitiu a adequada precificação dos serviços de reforma previstos, respeitando-se as particularidades técnicas da intervenção e evitando a adoção de valores genéricos que não representem fielmente a realidade da edificação. Cumpre destacar que cada obra de reforma possui natureza singular, especialmente quando envolve intervenções em prédios existentes, ainda que apresentem metragem ou tipologia semelhantes. No caso em análise, a composição dos serviços é diretamente influenciada por fatores como as condições da cobertura, a necessidade de substituição parcial e reforço da estrutura do telhado, a troca de telhas e forros comprometidos por infiltrações, a revisão e substituição de calhas, rufos e condutores verticais, bem como a execução de pintura geral da fachada, reparos e pintura do piso externo e a substituição do guarda-corpo da rampa de acessibilidade. Tais especificidades técnicas impactam diretamente na definição dos quantitativos, métodos construtivos e custos envolvidos, inviabilizando a adoção de valores padronizados ou a simples replicação de custos de reformas similares executadas em outras edificações ou por outros entes públicos.

Nesse contexto, a estimativa de valor global da contratação foi fixada em R\$ 673.245,37 (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme apurado na planilha orçamentária elaborada pelo setor de engenharia, a qual consolida todos os itens necessários à execução da reforma de forma coerente com o escopo definido.

Dessa forma, a estimativa de valor apresentada atende aos princípios da economicidade, eficiência, transparência e planejamento, fornecendo base técnica consistente para as etapas subsequentes do processo de contratação e para a futura execução contratual.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A análise da viabilidade de parcelamento do objeto deve considerar, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021 e as boas práticas de planejamento das contratações públicas, a natureza dos serviços, a possibilidade de divisão técnica e econômica do objeto, o impacto na economicidade e a preservação da integridade da solução pretendida.



No caso em análise, conclui-se pela não adoção do parcelamento da contratação, tendo em vista que os serviços a serem executados possuem caráter integrado, interdependente e sequencial, compondo uma única solução técnica voltada à qualificação da edificação escolar. As diversas intervenções previstas estão diretamente relacionadas entre si, exigindo coordenação técnica contínua, compatibilização de cronogramas e responsabilidade única pela execução, de modo a garantir a coerência do resultado final.

O eventual fracionamento do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a uniformidade dos padrões de qualidade, gerar dificuldades de interface entre diferentes executores, aumentar os riscos de incompatibilidades técnicas e ampliar a probabilidade de conflitos de responsabilidade, especialmente em atividades que dependem de execução coordenada e controle integrado.

Sob a perspectiva da economicidade e da eficiência administrativa, a contratação de um único fornecedor para a execução da reforma favorece a obtenção de economia de escala, a redução de custos indiretos, a simplificação da gestão e fiscalização contratual e a diminuição de riscos relacionados a atrasos ou paralisações decorrentes de dependência entre contratos distintos.

Além disso, a centralização da execução em um único contrato facilita o acompanhamento técnico, o controle de prazos, a responsabilização por eventuais inconformidades e a garantia do atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas, contribuindo para maior segurança jurídica e efetividade da contratação.

Diante dessas considerações, a opção pela contratação não parcelada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com o interesse público, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que o objeto é usualmente ofertado de forma integrada pelo mercado e plenamente acessível a empresas com capacidade técnica compatível com sua natureza e complexidade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito do planejamento da contratação destinada à reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, procedeu-se à análise da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes, com o objetivo de verificar possíveis interferências, sobreposições de escopo ou requisitos que possam impactar a execução do futuro contrato.

Como contratação correlata, identifica-se a Concorrência nº 3/2025, referente à reforma da Escola Municipal Izaak Victor Pereira, já homologada. Trata-se de contratação com objeto de natureza similar, envolvendo serviços de reforma em edificação escolar, o que contribui positivamente para o planejamento da presente contratação, na medida em que fornece parâmetros técnicos e administrativos já consolidados, sem, contudo, gerar sobreposição de escopo ou interferência direta na execução da obra ora estudada.

Ressalta-se que a contratação correlata mencionada não impõe restrições nem condicionantes à execução da Reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, uma vez que se refere a unidade distinta, com cronograma, local de execução e gestão contratual próprios.

Quanto às contratações interdependentes, estas abrangem a garantia de disponibilidade e acesso às redes de abastecimento de água, vinculada ao processo de Inexigibilidade nº 15/2024, bem como o fornecimento de energia elétrica adequado, conforme Contrato nº 16/2024, ambos já firmados pela Administração e atualmente vigentes. Incluem-se, ainda, as demais instalações indispensáveis ao suporte à execução dos serviços, bem como a identificação de eventuais interferências que possam demandar ajustes técnicos ou a adoção de providências prévias por parte da Administração.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em análise apresenta dependências contratuais que possam comprometer sua execução, estando inserida de maneira adequada e compatível no conjunto de contratações planejadas pela Administração Pública Municipal.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- I) ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;
- III) ID do item no PCA: 9181;
- IV) Classe/Grupo: TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;
- V) Identificador da futura aquisição: 987769-401/2026;

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação destinada à reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio apresenta benefícios relevantes e alinhados ao interesse público, refletindo-se de forma direta e indireta na melhoria da prestação do serviço educacional, na racionalização dos recursos públicos e no fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas à educação, à inclusão e ao desenvolvimento social.

Sob a perspectiva da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos financeiros, a realização da reforma de maneira planejada e integrada permite a racionalização dos investimentos públicos, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas pontuais e recorrentes, que tendem a gerar custos elevados ao longo do tempo. A consolidação das melhorias contribui para maior eficiência orçamentária, previsibilidade de gastos e ampliação da vida útil da edificação, mitigando riscos de despesas emergenciais futuras.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais, a adequação dos espaços físicos da escola proporciona melhores condições de trabalho aos profissionais da educação, favorecendo a organização das atividades pedagógicas, administrativas e de apoio. Ambientes mais funcionais, acessíveis e adequadamente qualificados contribuem para a otimização das rotinas escolares, reduzindo esforços operacionais, deslocamentos desnecessários e limitações impostas pela infraestrutura existente.

Do ponto de vista socioeconômico, a reforma e manutenção impactam positivamente a comunidade escolar e o entorno, ao assegurar condições adequadas para o atendimento educacional, fortalecendo a permanência dos alunos na escola e promovendo igualdade de oportunidades.

Sob o enfoque socioambiental, a contratação possibilita a adoção de soluções construtivas que favorecem a durabilidade, a facilidade de manutenção, o adequado escoamento de águas pluviais, a melhoria das condições de conforto e a redução de desperdícios, contribuindo para um uso mais eficiente dos recursos naturais e para a sustentabilidade da edificação pública ao longo do tempo.

No aspecto sociocultural, a qualificação da Escola Municipal Manoel Eufrásio reforça o papel da unidade escolar como espaço de convivência, aprendizado e integração comunitária, valorizando o ambiente educacional e fortalecendo o vínculo da população com o equipamento público. Ambientes mais adequados, seguros e acolhedores impactam positivamente a experiência educacional dos alunos e o sentimento de pertencimento da comunidade local.

Por fim, sob a ótica sociopolítica, a contratação evidencia o compromisso do Município de Piraquara com a valorização da educação pública e com a melhoria contínua de sua infraestrutura, demonstrando planejamento, responsabilidade administrativa e atenção às demandas da população. A iniciativa contribui para a consolidação de políticas públicas estruturantes, reforçando a credibilidade institucional da Administração e a efetividade das ações governamentais voltadas ao desenvolvimento humano e social.

## 13. Providências a serem Adotadas

É dever da Administração Pública adotar providências prévias indispensáveis à adequada execução do futuro contrato, garantindo que os serviços sejam realizados de forma eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e interesse público.

Nesse contexto, a Administração Municipal deverá promover as seguintes ações preparatórias, visando assegurar a efetividade, a transparência e a regularidade da execução contratual:

- **Consolidação e validação dos documentos técnicos:** promover a revisão final e a compatibilização entre o projeto arquitetônico, os projetos complementares, o memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro, assegurando a coerência técnica dos documentos e a adequada definição do escopo a ser licitado;
- **Delimitação física e organizacional das áreas de intervenção:** definir previamente, em conjunto com a direção da unidade escolar os acessos para entrada de materiais e equipes, os locais destinados à instalação de canteiro de obras e armazenamento, bem como as áreas que deverão permanecer isoladas durante a execução, garantindo a segurança e a continuidade das atividades escolares;
- **Planejamento da execução em ambiente escolar ativo:** estabelecer diretrizes quanto aos dias e horários preferenciais para execução dos serviços, priorizando períodos de menor circulação de alunos, quando aplicável, de forma a minimizar impactos na rotina pedagógica e administrativa da escola;
- **Preparação do ambiente para execução da obra:** verificar previamente as condições de infraestrutura existentes na unidade escolar, incluindo disponibilidade e acesso às redes de água, energia elétrica e demais instalações necessárias ao suporte da execução, bem como avaliar eventuais interferências que demandem ajustes ou providências prévias por parte da Administração;

A adoção dessas providências reforça o compromisso da Administração Municipal com um planejamento responsável e integrado, assegurando que a execução contratual ocorra com eficiência, com o menor impacto possível à coletividade e com o máximo aproveitamento dos recursos públicos envolvidos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução da reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, por se tratar de intervenção em edificação existente e em área já consolidada, não caracteriza empreendimento de significativo impacto ambiental. Ainda assim, a contratação envolve atividades típicas de obras civis que demandam avaliação prévia de seus efeitos ambientais, bem como a definição de medidas voltadas à prevenção, mitigação e controle de impactos, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. De modo geral, os impactos ambientais podem ser classificados como limitadores ou favoráveis, conforme detalhado a seguir:

### IMPACTOS AMBIENTAIS LIMITADORES:

1. **Geração temporária de resíduos da construção civil:** as atividades de adequação e substituição de elementos construtivos resultarão na produção de resíduos típicos de obras, tais como entulhos, sobras de materiais e embalagens;
2. **Emissão pontual de poeira e ruídos:** durante a execução dos serviços, poderão ocorrer emissões temporárias de poeira e ruídos, restritas ao período da reforma da unidade escolar;
3. **Consumo concentrado de materiais, água e energia:** a realização da reforma demandará utilização intensiva de recursos durante o período de execução, limitada ao tempo de duração da obra;
4. **Aumento temporário da movimentação de veículos e transporte de materiais:** a execução da reforma demandará o transporte de insumos, equipamentos e a remoção de resíduos da construção civil, podendo gerar aumento pontual na circulação de veículos, com reflexos ambientais localizados, como elevação momentânea de emissões atmosféricas e de poeira, restritos ao período de execução da obra.

#### IMPACTOS AMBIENTAIS FAVORÁVEIS:

1. **Melhoria da durabilidade e do desempenho da edificação:** a qualificação dos sistemas construtivos e dos espaços físicos contribui para a ampliação da vida útil do prédio público, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes e, conseqüentemente, a geração contínua de resíduos da construção civil;
2. **Uso mais eficiente dos recursos públicos e materiais:** a execução planejada da reforma favorece o melhor aproveitamento dos materiais empregados, com reflexos positivos na racionalização do consumo de insumos ao longo do tempo;
3. **Qualificação ambiental do espaço escolar:** a melhoria das condições físicas da escola proporciona ambientes mais adequados, salubres e confortáveis para alunos e servidores, contribuindo para um uso mais sustentável do equipamento público;
4. **Adequação de sistemas de drenagem e escoamento:** a melhoria das condições de escoamento de águas pluviais reduz riscos de infiltrações, acúmulo de umidade e degradação prematura da edificação, gerando benefícios ambientais indiretos;

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à Reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio são pontuais, temporários e plenamente mitigáveis, sendo compensados pelos benefícios ambientais decorrentes da qualificação da edificação pública, da ampliação de sua durabilidade e da adoção de práticas sustentáveis na execução da contratação.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação destinada à Reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio apresenta viabilidade técnica, econômica e socioambiental, sendo capaz de atender, de forma adequada e eficaz, à necessidade pública que motivou a elaboração deste estudo.

Sob o aspecto técnico, a solução definida demonstra-se exequível e compatível com as características da edificação existente, estando amparada por projetos, memoriais e especificações técnicas elaborados por profissionais legalmente habilitados. As intervenções previstas apresentam caráter integrado e coerente, permitindo execução coordenada, com controle adequado de qualidade, prazos e desempenho, atendendo aos requisitos técnicos estabelecidos ao longo do planejamento da contratação.

No que se refere à viabilidade econômica, a contratação revela-se vantajosa ao interesse público, uma vez que a execução favorece a racionalização dos recursos financeiros, a obtenção de economia de escala e a redução de custos indiretos e futuros. A ampliação da vida útil da edificação e a mitigação da necessidade de intervenções corretivas recorrentes contribuem para o uso mais eficiente do orçamento público, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

Quanto aos aspectos socioambientais, verificou-se que os impactos ambientais associados à execução da reforma são limitados, temporários e compatíveis com a natureza da intervenção, sendo plenamente compensados pelos benefícios decorrentes da qualificação da edificação pública, da melhoria de sistemas construtivos e da adoção de práticas de gestão adequada dos resíduos da construção civil e de uso racional de materiais e recursos.

Diante do exposto, conclui-se que a solução delineada neste Estudo Técnico Preliminar é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e socioambientalmente compatível, mostrando-se apta a atender de forma efetiva às necessidades da Administração Pública Municipal, contribuindo para a qualificação da infraestrutura educacional, para o uso racional dos recursos públicos e para a promoção de um ambiente escolar mais seguro, organizado e funcional.

Piraquara, 10 de janeiro de 2026.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NATASHA MARIE BORBA CORDEIRO**

Engenheira Civil

**RODNEY SOARES RIBAS**

Técnico Administrativo



**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**MINUTA DE CONTRATO nº XX/2026**

Processo Administrativo nº 2.325/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE PIRAQUARA E A  
EMPRESA .....

A Prefeitura Municipal de Piraquara, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, na cidade de Piraquara/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.105.675/0001-67, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., na cidade de ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 2.325/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n.º XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de execução da reforma da Escola Municipal Manoel Eufrásio, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 295 - Centro, Piraquara - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
01	Obras Cíveis de Edificações Prediais	1619	UND	1	R\$ XX.XXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução adotado é o de empreitada por preço global, conforme definido no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de execução da contratação é de 03 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência;

### **Matriz de risco**

3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.2.1. Interferência nas atividades escolares: execução simultânea da obra e das atividades escolares, com geração de ruídos, poeira, restrição de acesso, vibrações ou interdições temporárias que prejudiquem o ambiente pedagógico;

3.2.2. Não obtenção de licenças ou autorizações necessárias: ausência de protocolo tempestivo, pendências na documentação exigida, exigências não atendidas por parte dos órgãos competentes, demora administrativa ou falha no acompanhamento do processo de licenciamento;

3.2.3. Conflitos entre a contratada e a comunidade escolar: falta de comunicação prévia e contínua com a direção escolar e comunidade, execução de atividades com impacto sem aviso prévio, descumprimento de regras de convivência estabelecidas pela unidade escolar, ou ausência de canais institucionais de escuta e resposta;

3.2.4. Suspensão da licitação ou da obra por decisão judicial ou impugnação: impugnações administrativas, ações judiciais, apontamentos de tribunais de contas, representações em órgãos de controle ou identificação de vícios no planejamento, instrução ou publicação do edital.

3.3. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:



3.3.1. Atraso no cronograma: condições climáticas severas, falhas no planejamento executivo, dificuldades logísticas de suprimentos ou má gestão de recursos humanos;

3.3.2. Não conformidade com especificações técnicas: uso de materiais fora dos padrões exigidos, falhas na execução dos serviços, ausência de controle de qualidade ou desrespeito aos projetos técnicos;

3.3.3. Impactos ambientais não controlados: descumprimento de normas ambientais, descarte inadequado de resíduos sólidos, emissão descontrolada de partículas ou efluentes, ausência de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), e falhas na contenção de impactos em áreas sensíveis;

3.3.4. Falta de materiais ou equipamentos: ruptura na cadeia de suprimentos, falhas logísticas, indisponibilidade no mercado, atraso na entrega por parte de fornecedores ou má gestão de estoque pela contratada;

3.3.5. Danos a infraestruturas existentes: falta de mapeamento prévio de redes e estruturas existentes, execução inadequada em áreas sensíveis, ausência de sinalização e proteção dos elementos físicos da edificação, ou falhas na compatibilização de projetos;

3.3.6. Inadimplência da contratada: desequilíbrio financeiro, endividamento excessivo, falta de capital de giro ou gestão administrativa ineficiente por parte da contratada;

3.3.7. Acidentes de trabalho: ausência ou uso incorreto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), deficiência nos treinamentos de segurança, falhas na sinalização de áreas de risco, negligência na adoção de medidas preventivas e descumprimento das normas regulamentadoras (NRs).

3.4. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

3.4.1. Oscilação de preços dos materiais: flutuações de mercado, inflação setorial, aumento de insumos por escassez de oferta, fatores externos como variação cambial e instabilidade econômica nacional ou internacional.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX.XXX,XX (escrever por extenso);**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas na Minuta de Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e demais documentos constantes nos autos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste:

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e demais documentos constantes nos autos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;



- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato:

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;



- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.3. Florestas plantadas; e
  - 9.47.4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.49.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.49.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação):





deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.49.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto a obra ou serviço de engenharia;

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de

qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;



11.2.4.2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei;

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

11.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá vir a ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento);

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
10.001	222	1000	R\$ 100,00	4.4.90.51.00.00
10.002	240	103	R\$ 1.000,00	
10.002	240	104	R\$ 1.000,00	
10.002	240	107	R\$ 1.000,00	
10.003	243	103	R\$ 151.000,00	
10.003	243	104	R\$ 1.000,00	
10.003	243	107	R\$ 199.000,00	
10.004	262	102	R\$ 500.000,00	
10.004	262	31162	R\$ 308.132,64	
10.004	269	102	R\$ 500.000,00	

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**



16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao inciso III, §3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 7.822/2019.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Piraquara, XX de XX de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 –

2 –